

O Mundo Ibérico e as origens das relações com a África Negra: a expansão ultramarina portuguesa

The Iberian World and the origins of relations with Black Africa: the Portuguese overseas expansion

Luciano Borges Muniz*

Resumo

Este artigo objetiva apresentar outras possibilidades de análise das relações que se estabeleceram entre povos ibéricos e povos africanos no período em que se desenvolveu a chamada Expansão Marítima. Desvinculando o olhar predominante sobre o viés econômico, como tradicionalmente tem ocorrido, a proposta do texto é considerar aspectos culturais, sociais e, principalmente, religiosos para a compreensão dos contatos ocorridos, sobretudo, entre portugueses e africanos da África Negra.

Palavras-chave: Povos ibéricos; Africanos; Contatos sociais.

Abstract

This article presents further possibilities for analyzing the relationships established between Iberians and African peoples in the period in which it developed called the Maritime Expansion. Detaching the look of the economic bias, as has traditionally been the proposal of the text is to consider cultural, social and mainly religious aspects to the understanding of the contacts occurred mainly between Portuguese and Africans in Black Africa.

Keywords: Iberian; African people; Social contacts.

Introdução

A historiografia tradicional, no estudo da temática relacionada à expansão marítima europeia, privilegiou o fator econômico como principal motivação das grandes navegações. Também à luz dos aspectos financeiros foram analisados os desdobramentos desse processo: a incorporação, por parte dos povos ibéricos de novos territórios habitados por inúmeros grupos étnicos – muitos deles existentes apenas no imaginário dos euro-ibéricos. Dessa forma, a busca por riquezas aparece na narrativa

* Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em História e Cultura Afro-brasileira pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professor da Faculdade Martins (FAMART-Itaúna).

que envolve as atividades marítimas ibéricas como sendo a força impulsionadora da expansão marítima e, conseqüentemente, a razão do contato entre portugueses e africanos nos séculos XV e XVI.

Nesse sentido, ao observarmos os eventos históricos relacionados ao Mundo Ibérico e as ligações estabelecidas entre os habitantes da região e outros povos, no início da Idade Moderna – período da chamada expansão ultramarina – encontram-se abordagens econômicas se sobrepondo às outras perspectivas para explicar tais fatos. Essa sobreposição talvez tenha ocorrido por ser justamente esse período o momento em que ocorreu a formação do sistema produtivo capitalista e, por isso, muito pouco se observou nas possíveis motivações que não fossem as econômicas, relacionadas diretamente a esse modelo de organização social. Devido a essa opção de análise, muitas informações históricas foram deixadas de lado, ao passo que outras ganharam grande atenção por parte dos historiadores que se dedicaram ao tema.

Relações comerciais, exploração mineral, tráfico de escravos e outras formas de enriquecer os estados e comerciantes ibéricos, sobretudo, os portugueses, continuam sendo os pontos mais evocados e apresentados para explicar as relações entre os lusos e os povos africanos, estes que habitavam, principalmente, a costa atlântica do continente, região estratégica para a realização das grandes navegações. Essa abordagem se apresenta como se os europeus e os africanos fossem colocados em contato apenas para atender os interesses e suprir os desejos materiais dos primeiros. Para reforçar essa ideia pode-se valer da explicação não tão coerente de que os portugueses nunca se aventuraram para muito além dos fortes litorâneos, locais que serviam como postos comerciais ao longo da Costa do Ouro, território onde, hoje, se encontra a atual Gana, aproximadamente (WILLS, 2001).

Motivações diversas

Por uma abordagem historiográfica tradicional, é evidenciado que o interesse dos portugueses era tão somente as possibilidades comerciais que poderiam ser concretizadas nos fortes litorâneos, sem a necessidade de que avançassem para o interior do território africano. Assim, as motivações econômicas, únicas capazes de consolidar o projeto de acumulação de riquezas dos portugueses, nessa perspectiva, foram os principais motores, senão os únicos, do grande movimento de expansão ultramarina, que se inicia pela costa africana a partir da cidade de Ceuta. Aliás, não só

que se começa ali, mas, por essa abordagem, ali permanece, demonstrando a falta de interesse dos europeus em adentrarem para o interior do continente.

No entanto, a tendência da historiografia atual é propor uma abordagem transdisciplinar, envolvendo múltiplos olhares no estudo da expansão marítima. Dessa forma, esse movimento histórico é visto como decorrente de fatores que não podem ser dissociados: o econômico, o político, o religioso, o social, entre outros. Expressões tais como “Caravelas da Cultura”, “A Espada e a Cruz”, “O Sagrado e o Profano” sinalizam para novas abordagens, novos problemas e novos objetos. Dentre esses fatores, a religião parece ocupar um lugar de destaque, rivalizando com o interesse econômico e complementando-o, sendo motivação para os contatos entre povos bastante diferentes, iniciados nesse período, por vontade dos portugueses.

Boxer (1981) chama a atenção para o fato de que, desde o final do século XV, o elemento religioso sempre esteve presente nas pretensões portuguesas no continente africano. E, para algumas pessoas da corte portuguesa, como D. Henrique, o desejo de converter outros povos era superior ao desejo por riquezas e lucros com o empreendimento marítimo.

A cobiça pelas riquezas e a paixão por Deus nunca estiveram em conflito, nem foram forças inconscientes; para alguns homens, como foi o caso do Infante D. Henrique, a religião era mais importante do que o comércio embora não deixasse de querer o ouro, traficar em escravos e não desdenhasse a riqueza, que considerava uma bênção de Deus. E o que se passava com o Infante, passava-se com os outros: os pioneiros portugueses arrancavam os negros nus das suas canoas, trocavam cavalos por jovens núbias e traziam-nos para o mercado de escravos em Lisboa, onde encontravam compradores ávidos. Esta combinação de cobiça e devoção tem sido sempre considerada a força motora principal [...] dos portugueses (BOXER, 1981, p. 15).

No contexto sociocultural em que ocorreu a expansão marítima europeia era notável a influência exercida pela religião em vários aspectos da vida pública e privada, de forma que, dificilmente, algum evento social se concretizaria fora dessa esfera.

Ao findar a Idade Média, a representação do universo havia-se completado tanto em sua dimensão sagrada quanto profana. A unidade deste vasto sistema de relações simbólicas foi sendo processada ao longo dos séculos por uma mediação religiosa. No decorrer do século XV, eram comuns os ‘excessos e abusos com as coisas sagradas’. As pinturas e esculturas deixavam transparecer uma continuidade entre os santos e os homens. O vestuário, por exemplo, acompanhava a moda, e as relíquias dos santos faziam parte do cotidiano. Conta-se que São Tomás de Aquino, quando morreu, foi decapitado, e seu corpo colocado em conserva, com receio de se perderem as relíquias. Esse processo de identificação do homem medieval

com as representações religiosas era favorecido pelo brilho do ouro, beleza das vestimentas ou pela majestade do gesto (SILVA, 1987, p. 34).

Para nós, é bastante claro que o português dos séculos XV e XVI tinha mais de uma força que impulsionava o empreendimento ultramarino. O ouro, a fé e o espírito aventureiro, entre outras motivações, funcionaram como combustíveis para movimentar as embarcações que saíam da Península Ibérica para destinos diversos. Dentre essas forças motoras, a religião, e mesmo o desejo da aventura, da descoberta, tiveram papéis tão importantes quanto a cobiça por riquezas.

Conforme aponta Bertoli (2007), D. Henrique, importante nome do projeto expansionista português, assim como outros que foram esquecidos pela história, era um homem marcadamente influenciado pela mentalidade medieval, mais do que um expressivo navegador da Idade Moderna. E, como de maneira exaustiva, as produções historiográficas mostraram o medievo, as principais caracterizações desse período são o apelo e o apreço religioso.

O Infante Henrique foi um cavaleiro cristão permeado pela mentalidade cavaleiresca e senhorial do final do medievo, e não o Navegador que construções posteriores afirmaram que ele foi (BERTOLI, 2007, p 101).

Sérgio Buarque de Holanda no início de sua obra intitulada *Visão do Paraíso*, sugere que o gosto pela maravilha e pelo mistério é algo quase inseparável da literatura de viagens portuguesas na era dos grandes descobrimentos marítimos (HOLANDA, 1994). Ainda segundo Holanda (1994), à medida que alguns portugueses foram tomando posse de territórios na costa africana a partir do século XV, essa região foi perdendo, aos poucos, sua imagem de lugar místico e fantasioso, bastante presente nos relatos dos portugueses do início do empreendimento marítimo, para converter-se em um lugar visto como um imenso mercado que deveria ser aproveitado economicamente em nome do rei. No entanto, o mesmo autor aponta que esse fator ocupou um espaço bastante reduzido na produção historiográfica que se baseou nos escritos quinhentista dos portugueses sobre as grandes navegações.

Nota-se que, embora as motivações para navegar fossem diversas, a economia foi mais observada em detrimento dos outros aspectos nos escritos sobre o período. O interesse econômico, seguramente, era significativo. Silva (2006) demonstra que, no século XIV, em grande medida, a Europa dependia do ouro africano para a cunhagem de moedas. Dependência que se relaciona também com o fato dos primeiros portugueses

desembarcados na que seria posteriormente denominado de Costa do Ouro, terem desenvolvido negociações em que recebiam escravos de outras regiões e os trocavam por metal. Porém, outros interesses estiveram presentes no empreendimento expansionista/colonizador.

Esses outros interesses se tornaram mais evidenciados na historiografia apenas quando, a partir de 1960, em um processo de procura por uma identidade do continente africano, buscou-se a releitura ou mesmo o estudo de autores pouco observados até então, em seus escritos sobre África. Um desses nomes é Gomes Eanes Zurara, um dos maiores cronistas portugueses da época dos descobrimentos e o primeiro historiador a registrar a presença portuguesa na costa ocidental africana (HERNANDEZ, 2008).

De fato, o que se percebe nos textos de Gomes Eanes de Zurara, cronista da coroa portuguesa na época dos descobrimentos, são fortes indícios de que as motivações religiosas foram muito expressivas, no sentido de contribuir para a ocupação de novas áreas. Nos escritos sobre a tomada de Ceuta, temos a indicação de que os infiéis (os mouros) deveriam ser vencidos e a região tomada daquele povo em nome de “Nosso Senhor Jesus Cristo”.

Vinte e um dias eram do mês de Agosto... era do Nosso Senhor Jesus Cristo em 1415... já passavam de sete horas e meia depois do meio-dia, quando a cidade foi de todo livre dos mouros (ZURARA, 1992, p. 116).

Na crônica em que Zurara procura descrever as razões que motivaram os descobrimentos marítimos, temos cinco razões estabelecidas pelo cronista, das quais todas se referem a anseios religiosos, econômicos e ao gosto pela descoberta, pelo pioneirismo e pela aventura, de uma forma conjunta, no qual os interesses econômicos, embora ocupem um lugar importante sobre os outros interesses, não se destacam em detrimento dos demais. Nesse sentido, os elementos que se ressaltam são os religiosos, expressos através do desejo de combater os mouros infiéis e de encontrar possíveis príncipes cristãos em terras africanas que colaborassem com o projeto de salvação das almas dos povos daquele continente.

[...] E porque o dito senhor quis disto saber a verdade, parecendo-lhe que se ele, ou algum outro senhor se não trabalhasse de o saber, nenhuns mareantes nem mercadores nunca se disso intrometeriam, porque claro está que nunca nenhum daqueles se trabalham de navegar senão para donde conhecidamente esperam proveito; e vendo outrossim como nenhum outro príncipe se trabalhava disso, mandou ele contra aquelas partes seus navios, por haver de tudo manifesta certidão, movendo-se a isso por serviço de Deus e Del-rei D. Duarte seu senhor e irmão, que aquele tempo reinava. E esta até que foi a

primeira razão de seu movimento. E a segunda foi porque considerou que, achando-se em aquelas terras alguma povoação de cristãos, ou alguns tais portos em que sem perigo pudessem navegar, que se poderiam para estes reinos trazer muitas mercadorias, que se haveriam de bom mercado, segundo razão, pois com eles não tratavam outras pessoas de estas partes, nem doutras nenhuma que sabidas fossem...A terceira razão foi porque se dizia que o poderio dos Mouros daquela terra de África era muito maior do que se comumente pensava, e que não havia entre eles cristãos nem outra alguma geração....A quarta razão foi porque de trinta e um anos havia que guerreava os Mouros, nunca achou rei cristão nem senhor de fora desta terra que por amor de Nosso Senhor Jesus Cristo o que quisesse a dita guerra ajudar. Queria saber se achariam naquelas terras alguns príncipes cristãos em que a caridade e o amor de Cristo fosse tão esforçada que o quisesse ajudar contra aqueles inimigos da fé. A quinta razão foi o grande desejo de acrescentar a santa fé de Nosso senhor Jesus Cristo e trazer a ela todas as almas que se quisessem salvar [...] (ZURARA, 1973, p. 47).

Os cenários dos séculos XIII, XIV e XV já apresentavam a Europa ocidental, centro da cultura cristã, em uma posição de destaque em meio às outras regiões representadas. Os outros continentes se caracterizam, nessas projeções, como unidades marcadas pela ausência de elementos, sejam materiais, culturais ou mesmo religiosos. Os aspectos dessas representações mostram os outros povos como carentes de elementos essenciais e que apenas a Europa possuía.

Esse cenário simbólico representaria a ideologia eurocêntrica posta em prática na América e, mais tarde, na África e Ásia. Ideologia esta que servia, em ampla medida, para justificar a exploração político-econômica, mas que não se restringia a isso. Havia um sentimento de superioridade, de ser detentor de uma cultura ideal que contrastava com a dos demais povos. Ao que nos parece, essa ideologia, conhecida como eurocentrismo, não é uma invenção europeia conscientemente elaborada para justificar o abuso de poder, a exploração econômica, embora ela tenha servido a esse intuito.

Muitos europeus se consideravam detentores de uma “cultura mais evoluída” e, portanto, como pessoas que tinham a missão de levá-la a outros povos. O mesmo ocorria com a religião que era vista como a única aceitável e verdadeira. Esse imaginário, presente em grande parte da população euro-ibérica desse período, atuou como fator impulsionador que movimentou os portugueses a estabelecerem contatos com outros povos e conhecerem lugares desconhecidos e desafiadores.

Os obstáculos encontrados para a realização desse empreendimento eram vistos como pequenos frente à crença da obrigação em expandir sua religião, cultura e civilização aos povos que se encontravam em outros níveis de desenvolvimento cultural e que, portanto, precisavam dos portugueses para conduzi-los ao nível ideal. Nesse

período, a imagem que se tinha do velho mundo e dos outros lugares do globo apresentava os continentes da seguinte maneira:

A Europa com vestes de soberana, com coroa e centro segurando o globo imperial [...] A Ásia em uma princesa ornada de joias. A África em uma princesa negra vestida com simplicidade. A América, uma mulher nua e a Oceania [até então desconhecida], com uma cabeça sem corpo (LE GOFF, 1984, p. 131).

A representação do Velho Continente já prenunciava a ideologia do eurocentrismo que se apropriou dos valores da civilização ocidental para exportar, mais tarde, em uma relação de progresso/atraso, desenvolvido/subdesenvolvido, cristão/pagão, isto é, de submissão de vários povos com culturas e crenças diferentes. As imagens construídas, nessa época, acerca da Europa e dos outros continentes, serviram como referências para as relações que se estabeleceram entre os habitantes do “velho mundo” e os povos dos outros lugares.

Esse gesto imperialista fora preparado por uma série de bulas dadas pelo papa a Portugal e pelo Tratado de Alcáçovas-Toledo, assinado entre Lisboa e Castela (1479-1480). Como divide o mundo de acordo com critérios geométricos – seguindo uma linha que vai de um pólo a outro, sem nenhum respeito pelos direitos dos povos que eram separados -, foi esse tratado, sem a menor dúvida, a certidão de nascimento da globalização. Precisava-se de toda a ciência dos sábios ibéricos, além de todo o entusiasmo messiânico e da sede de poder que animavam seus respectivos soberanos, para imaginar essa decisão de alcance planetário (GRUZINSKI, 1999, p. 31).

As informações sobre os contatos entre povos ibéricos e povos africanos, decorrentes dos empreendimentos marítimos, nos oferecem subsídios para análises de aspectos culturais e religiosos que nortearam e, em certa medida, determinaram comportamentos e interesses. Existem diversos relatos históricos de europeus que se aventuraram em regiões distantes do litoral e mantiveram contato com populações africanas do interior do continente, sem que tais ligações apresentassem um sentido estritamente econômico.

Um exemplo dessas relações pode ser percebido quando observamos os povos africanos de Senegâmbia¹ que receberam europeus em suas terras e passaram a se relacionar intensamente com estes. Nessa região, os portugueses tentaram até mesmo influenciar na estrutura política local no final do século XV, dando clara demonstração de que seus interesses não se restringiam apenas ao desejo econômico, mesmo que este

¹ Região banhada pelas bacias fluviais dos rios Senegal e Gâmbia e situada entre o deserto do Saara e a floresta equatorial.

pudesse servir como ponto de partida para o contato com aqueles povos. Se apenas o desejo econômico fosse o fator que direcionava o relacionamento entre portugueses e africanos, não haveria a necessidade de levar representantes africanos até Lisboa, batizando-os com nomes europeus, e nem de importar-se com a conversão destes ao catolicismo, como ocorreu. Del Priore e Venâncio (2004), se referindo ao príncipe de Bemoí, de nome Jalofo, descrevem que:

Levado a Lisboa, foi apresentado ao rei D. João II que o recebeu com toda a deferência: “Era um homem de quarenta anos, de bela constituição e muito apresentável”, descreve-o o cronista Garcia de Rezende. Instruído por teólogos, foi batizado com o nome de João, em 1481, por conveniência política (DEL PRIORE; VENANCIO, 2004).

Essa aproximação entre europeus e africanos, derivada dessas motivações diversas, acabou por resultar em uma interação sociocultural entre esses povos. E não só portugueses, mas também outros povos europeus que se estabeleciam em regiões da África, contribuindo para essa troca cultural. É o que ocorre com uma comunidade de descendência inglesa, de aproximadamente 12.000 pessoas, em Serra Leoa, e que ali, através de arranjos sociais, se estabeleceram.

Tal como na Senegâmbia, que acolheu lançados, em Serra Leoa, outro grupo de mulatos se formou: estes, de descendência inglesa. Ao final do século XVIII constituíam uma população de 12.000 pessoas entre as quais se distinguiam famílias como a dos Rogers, Tucker, Corker e Cleveland. Seus antepassados haviam chegado no século XVII e, como os lusos, contraíram casamentos e constituíram uma cultura híbrida. Junto com os afro-portugueses constituíram nos séculos XVII e XVIII um grupo com funções sociais e econômicas próprias e um meio onde se realizou o encontro entre culturas diversas (DEL PRIORE; VENANCIO, 2004, p. 109).

O empreendimento ultramarino português pela costa africana trouxe muito mais consequências que o aumento das reservas do Estado português. Relações sociais que geravam laços familiares e integravam os portugueses à vida social, política e religiosa dos africanos, que seriam eventos dispensáveis se as motivações fossem tão somente de caráter econômico. Somente nessa perspectiva pode-se compreender o episódio ocorrido em 1570, em que um rei africano, conhecido como rei Atorongboye se mostrou totalmente favorável à divulgação do catolicismo na África, batizando-se na religião católica e enviando seu filho para Portugal com intuito de aprender teologia e latim. Este acaba se casando com uma portuguesa.

Em 1570, batizava-se com o nome de Sebastião – nome do rei de Portugal –, o olu ou rei Atorongboye. Alfabetizado em português, mostrou-se um

católico fervoroso, além de preocupado em favorecer a multiplicação de igrejas e missionários. Seu filho, Domingos foi a Coimbra estudar latim e teologia. Pagava os estudos com escravos e mercadorias que lhe enviava o pai. Termina por casar-se com uma portuguesa (DEL PRIORE; VENANCIO, 2004, p. 133).

A aliança com reinos africanos, para os portugueses, se apresentava também como uma oportunidade de abrir rotas continentais em direção ao lendário Reino de Prestes João. Essas alianças promoviam uma sólida relação entre Portugal e o Reino do Congo, onde diversos nativos seguiam para a Europa com o intuito de receber educação, o que nos serve como clara demonstração de interação cultural estabelecida entre povos africanos e povos ibéricos. O trabalho de transportar africanos até a Europa, os batizando com nomes portugueses, ou ainda a implantação de escolas nas sociedades africanas, nos parecem esforços desnecessários se não houvesse outros interesses além dos econômicos, para esse contato. Não percebemos objetivos claros em ensinar a língua portuguesa e o esforço para a conversão ao cristianismo, a um povo de quem se esperava tão somente submissão e a possibilidade de exploração econômica. Os resultados do contato entre portugueses e africanos, mesmo que o objetivo principal fosse o enriquecimento dos ibéricos, inegavelmente trilharam para rumos diversos. Um entendimento mais abrangente desses processos é possível quando os inserimos no contexto da colonização europeia como desdobramento e também motivação para as Grandes Navegações.

Portugueses cristãos motivados no Reino do Congo

Na obra, *D. Afonso I rei do Congo*, escrita pelo padre Antonio Lourenço Farinha, encontra-se uma série de argumentos desfavoráveis à ideia de que a expansão marítima e os contatos entre portugueses e outros povos, tenham ocorrido exclusivamente devido aos interesses econômicos. Com o objetivo de narrar os acontecimentos que sucederam os primeiros contatos entre os lusos e os congueses, como são chamados os habitantes do Congo na obra citada, o autor explicita as forças motoras que impulsionavam os portugueses nesse período a se relacionarem com os povos do continente africano.

Padre Antônio Farinha associa a pressa em fazer contato com o rei do Congo, por parte dos portugueses, ao desejo de civilizar os nativos daquele lugar. A partir da descrição que este faz do Congo e de seu povo, percebe-se que, para os portugueses do

início da Idade Moderna, os povos negros daquela região se encontravam em um estágio cultural inferior ao dos europeus. Os congueses foram descritos como preguiçosos e sem respeito à propriedade privada. Por essas razões, povos que não gozavam de boa fama. Além disso, para os portugueses, os sobas eram insubordinados, pois desrespeitavam a autoridade do rei, que, constantemente, era vítima de revoltas e de súditos que o maldiziam (FARINHA, 1969).

Os aspectos apontados pelos portugueses sobre o Congo, tidos como problemáticos, se relacionam diretamente ao padrão cultural e de comportamento estabelecido no imaginário europeu. A imagem construída sobre as pessoas que habitavam o Congo era representada pela inexistência daquilo que julgavam estar presente no português e, por isso, causava a eles tanta estranheza. Diante dessa realidade, cabia ao português colaborar com essas pessoas, fornecendo a elas aquilo que eles tinham de melhor: sua religião e sua cultura.

Quando dos primeiros contatos, a nação do Congo não era próspera, tampouco exercia influência sobre outros povos (FARINHA, 1969). Dessa maneira, se não houvesse interesses distanciados do lucro e da ganância portuguesa inerente ao empreendimento, dificilmente os lusos teriam se mantido ali. O desejo de cristianizar e de civilizar aqueles povos, no sentido de torná-los aportuguesados, era grande e existia em grande medida. O navegador Diogo Cão, nos primeiros contatos estabelecidos, questionava os nativos acerca da existência de países cristãos. Tal questionamento, em conformidade com as determinações do Rei de Portugal, D. João, visava o estabelecimento de alianças com esses povos contra os mouros que se faziam presentes na África Atlântica.

Com o objetivo de fortalecer a aliança com os habitantes do Congo, vários esforços foram feitos. Para garantir a conversão desses povos aos dogmas cristãos foi comum o trânsito de homens do Congo levados a Portugal para receber instruções religiosas e seculares. Quando ocorria o regresso desses homens para o Congo, o discurso de terem sido bem tratados em Lisboa reforçava a boa aceitação dos congueses para com os portugueses. Assim se cumpria o propósito de levarem africanos para a Europa ou de deixarem europeus religiosos lançarem-se no território conguese. Dessas ações pouca coisa se esperava além da conversão dos nativos do Congo.

A chegada dos portugueses a esse país parece ter acontecido no início de 1483. Após alguns anos de relações amistosas com os povos locais, um dos principais objetivos naquelas terras havia sido alcançado.

No meio do maior júbilo e entusiasmo lançava-se em 3 de maio de 1491 a primeira pedra duma igreja dedicada a Santa Maria e depois a Santa Cruz, que mais tarde serviu de catedral. Nos anos subsequentes o Rei de Portugal [...] continuou a enviar navios ao Congo, em que embarcavam missionários, artistas, funcionários (FARINHA, 1969, p. 23).

Depois desse esforço inicial e de algumas dificuldades em estabelecer, definitivamente, o cristianismo no Congo, Farinha conta que “quase se apagou em Portugal a esperança de civilizar o afamado reino do Congo” (FARINHA, 1969, 26). Essa situação seria alterada quando D. Afonso, com o auxílio dos portugueses, chega ao poder no Congo. A vitória do rei contra seu irmão, que não era favorável aos portugueses e ao cristianismo, foi comemorada em Lisboa com “estrondosas festas”, motivadas pela certeza de que, a partir daquele momento, estava garantida a permissão para a continuidade do projeto cristianizador no reino africano.

Em documentos de época percebe-se que, muitas vezes, o desejo de conversão dos outros povos se sobrepunha aos demais interesses. No trecho escrito pelo Rei D. Manuel I, transcrito pelo Padre Antônio Lourenço Farinha, ao orientar os navegadores sobre as suas atuações nas terras africanas, encontra-se os seguintes dizeres: “assim em terra de El-Rei Manicongo, como em toda a parte, vós trabalhai como se faça fruto, porque isto é o principal fundamento com que lá vos enviamos” (FARINHA, 1969, p.39). O interesse em elevar as riquezas do Estado português, bem como o desejo de se chegar ao reino do Lendário Prestes João, estavam presentes a todo o momento, mas esse fator não invalidava o fervor cristão e a ideia de oportunidade de conversão dos povos a quem se chegasse até eles.

O próprio rei do Congo, D. Afonso, demonstrando o entendimento desse interesse português em suas terras, reclamava de ter havido visitas missionárias periódicas ao invés de missionários permanentes no reino. Segundo o líder do Congo, para que houvesse sucesso no empreendimento, era necessário assistência religiosa contínua em seu território.

Bem deve vossa alteza de crer a necessidade que deve ter gente rústica e simples, que não sabe mais que viver e morrer; e, para lhe dar a entender a verdade da nossa fé, é necessário serem ensinados e doutrinados por continuação de tempo, até virem o verdadeiro reconhecimento e salvação; e desta maneira, senhor, se fará muito fruto e se salvarão muita multidão de almas que se perdem por mingua de padre (FARINHA, 1969, p. 40).

No documento apresentado por padre Antônio Lourenço, D. Afonso demonstra sua percepção e interesses na presença portuguesa no reino. A postura do líder do Congo revela, primeiramente, a aceitação e adesão ao projeto português em seus domínios, além de mostrar que, para ele, o projeto ibérico na região era associado, acima de tudo, à religião católica e ao esforço de conversão daquele povo. Outro aspecto revelador do trecho citado é a maneira como D. Afonso se refere aos congolezes. No documento, o líder apresenta o seu povo como gente simples e desprovida de amplo conhecimento sobre a vida. Para usar as palavras do próprio D. Afonso, os congolezes sabiam apenas viver e morrer.

A percepção de D. Afonso sobre os congolezes se parece mais com a visão de um português do que com a percepção de um nativo do Congo. Aparentemente, D. Afonso já havia sido convencido de que pertencia a um povo inferior em comparação com os portugueses. Um povo carente dos conhecimentos europeus e da religião, sendo ambos, até poucos anos antes, desconhecidos por eles. Após poucas décadas de contato, a maneira como os portugueses haviam se comportado e se relacionado com os africanos, baseados em suas crenças e interesses, já teria sido eficaz no convencimento dos africanos sobre a necessidade de serem como os portugueses.

Até o final do século XV, os portugueses fundaram escolas que não se ocupavam somente da escrita e da aritmética, mas também da religião cristã. Muitos artigos religiosos como quadros, estátuas e móveis de igreja eram levados pelos portugueses aos congolezes. A isso, somamos os festejos feitos por portugueses na Europa ou em terras africanas que promoviam maior contato com os africanos, a exemplo do que acontecia nas festas de mascarados, nos bailes e nas corridas de touros (DEL PRIORE; VENANCIO, 2004).

Os habitantes do Reino do Congo, assim como outros povos africanos, desenvolveram relações intensas e permanentes com os portugueses. Como apresentado, muitos africanos eram entregues a religiosos lusos para que estes pudessem aporuguesá-los. Igrejas cristãs eram erguidas em território africano e os documentos do período revelam a atenção dada às questões religiosas e ao desejo de civilizar aqueles nativos. Esses fatos são partes fundamentais da história dos povos ibéricos e dos povos africanos e não podem ser desprezados no contexto expansionista dos séculos XIV e XV.

Considerações finais

Pelo exposto se percebe que as forças que contribuíram com o desenvolvimento e a intensificação das relações entre África e o Mundo Ibérico foram bem mais numerosas do que costumeiramente se pretende mostrar. A busca por lucros não seria suficiente para movimentar gerações de homens pelos mares e, consequentemente, oceanos. Somente agrupado ao desejo do desconhecido, da troca cultural e, principalmente, do desejo de expansão da fé cristã, é que a procura por lucros pôde empurrar os portugueses África adentro. O que não deve ter lhes custado muito em razão do estilo de vida português. Como demonstra Holanda (1995).

Sabemos que, em determinadas fases de sua história, os povos da península deram provas de singular vitalidade, de surpreendente capacidade de adaptação a novas formas de existência (HOLANDA, 1995, p. 13).

A habilidade dos portugueses em se adaptarem facilmente às novas realidades foi elemento fundamental para que o projeto lusitano de conquista dos mares e contato com sociedades diversas fosse bem-sucedido. Combinado aos demais fatores que explicam o pioneirismo português, essa capacidade de adaptação determinou o sucesso do empreendimento.

Mesmo para os simpáticos da abordagem econômica, que atestam o interesse pela riqueza como responsável, de forma isolada ou predominante, pela execução do projeto ibérico de aproximação com o continente africano, parece difícil sustentar que as relações entre esses povos não se expandiram para além desse aspecto. Os dados históricos apresentados neste texto não têm a intenção de negar as motivações econômicas que se estabeleceram entre os povos africanos e os europeus, ou seja, não se pretende colocar os aspectos comerciais, durante o processo de expansão ultramarina portuguesa, em plano secundário. Antes, o que se pretende é considerar as demais motivações que levaram os portugueses a margearem o continente africano, cruzarem os oceanos e, como consequência, vivenciarem novos lugares, povos, culturas e experiências.

Ao lado da busca por riquezas, encontra-se a fé cristã, o desejo da aventura, a busca pela confirmação ou não de lendas e mitos e, provavelmente, outras motivações que ainda não foram exploradas nos documentos e fontes disponíveis aos historiadores. Considerar essas outras motivações vai de encontro a novas tendências historiográficas

contemporâneas que, como aponta Fonseca (2006), tem alargado as fontes e lançado novos olhares sobre os objetos de investigação histórica.

REFERÊNCIAS

BERTOLI, André. Luiz. Uma leitura possível da Crônica da Tomada Ceuta. **Sociedade em Estudos**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 89-102, 2007.

BOXER, Charles Ralph. **O Império Colonial Português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1981.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato Pinto. **Ancestrais: uma introdução a história da África Atlântica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FARINHA, Padre Antônio Lourenço. **D. Afonso I Rei do Congo: figuras e feitos de Além-Mar**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1969.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & ensino de História**. 2ª ed., 1ª. Reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GRUZINSKI, Serge. **A passagem do século: 1480-1520 – as origens da globalização**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à História Contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. Memória; história. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.) **Enciclopédia Einaudi**. vol. 1. Porto: Imprensa Nacional, 1984.

LOPES, Ana Mónica; ARNAUT, Luís. **História da África: uma introdução**. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.

SILVA, Janice Theodoro da. **Descobrimentos e Colonização**. São Paulo: Ática, 1987.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**. Barcelos: Livraria Civilização Editora, 1973.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Sintra: Publicações Europa-América, 1992.

WILLS, John Elliot. **1688: o início da era moderna**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

